



A Arena política na Bahia na época da Ditadura

Manoel Reinaldo Silva
Rego¹

¹Graduado em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professor da Rede Municipal de Ensino de Vitória da Conquista.
E-mail: msilvarego6@gmail.com

Resenha

Obra:

Rumo ao palácio: as
estratégias de
dominação do espaço
político na Bahia
durante a ditadura.

José Alves Dias

Vitória da Conquista, BA:
Edições UESB, 2016.

DOI: 10.12660/rm.v8n12.2017.67525

A Arena política na Bahia na época da Ditadura

Publicado pela Editora da UESB em 2016, o livro de José Alves Dias, *Rumo ao Palácio: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1985)* é fruto de uma tese de doutorado, com o mesmo título, apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2009. Esta obra permite um entendimento de como o regime militar, para se consolidar, buscou nos Estados uma política de consenso e legitimação.

Utilizando-se de uma ampla bibliografia e de uma farta documentação, tais como o arquivo do CPDOC/FGV sobre a trajetória pública e privada de Juracy Magalhães, da Fundação Luis Viana Filho, o Jornal *A Tarde*, de Salvador, o Diário Oficial do Estado da Bahia, as correspondências do Congresso Nacional, entre outras fontes, o autor analisa as disputas pelos espaços de decisão política na Bahia durante a ditadura a partir de uma abordagem teórica dentro das concepções da *História Política Renovada*.

A obra ora resenhada desmistifica a tese levantada por João Carlos Teixeira Gomes em um sucesso editorial denominado *Memória das Trevas: uma devassa na vida de Antônio Carlos Magalhães* (2001), na qual esse autor considera que a violência e a intimidação foram os mecanismos utilizados por ACM para consolidar o seu poder na Bahia durante a ditadura.

Contrariando essa tese, José Dias menciona que “não foi o método, e sim o resultado, que diferenciou o ‘carlismo’ das demais correntes políticas na Bahia” (p. 24). Porém, não descarta o autor de *Rumo ao Palácio* que o líder do carlismo utilizasse das estratégias supracitadas para exercer a liderança no bloco do poder arenista baiano durante o regime militar.

Pode-se perceber que toda a elite política civil baiana participou das articulações do golpe em 1964. Excetuando o “lomantismo”, corrente política liderada por Antônio Lomanto Júnior, governador à época do golpe, as demais grandes lideranças políticas baianas participaram das articulações para a intervenção armada em 1964, que culminou com um regime militar que perdurou 21 anos.

De fato, podemos mencionar que os políticos baianos mais influentes nos primeiros momentos do golpe foram Luis Viana Filho, que foi ministro da Casa Civil de Castelo Branco, e Juracy Magalhães, Embaixador nos EUA, Ministro da Justiça e das Relações Exteriores no mesmo governo.

Porém, Lomanto Júnior, se não teve atuação na conspiração golpista na Bahia, aceitou a reorganização do seu governo pelos militares e civis aliados e também buscou meios de se beneficiar do regime imposto. A única liderança política com expressão em todo o Estado vitimada pelos militares em 1964 foi Waldir Pires. Porém, não podemos afirmar que ele tinha o *status* de chefe de corrente política. Seu maior feito, até então, foi perder as

eleições em 1962 para Lomanto por pouca diferença de votos.

Para José Dias, ACM foi quem mais percebeu o espectro político do regime militar. Com isso, pôde entrar em sintonia com as mudanças do bloco do poder do governo dos generais e se beneficiar disso, como afirma Wilson Lins de Albuquerque no livro *Aprendizagem do Absurdo: uma casa após a outra* (1997): “Antônio Carlos Magalhães sempre foi o melhor faro para detectar de onde vinha o perigo” (p. 249).

O conceito de Segurança Nacional e desenvolvimento econômico atrelado à modernização conservadora foram o baluarte de sustentação do regime militar e teve na Bahia ACM como o maior articulador. Isso explica outro dos principais motivos da longevidade do carlismo, segundo a tese de José Alves Dias.

ACM conseguiu se firmar como liderança também pela capacidade de aglutinar em sua gestão tecnocratas capazes de dar uma roupagem administrativa ao Estado. Além disso, segundo o autor, Vianna e Juracy tiveram dificuldades no trânsito em gestões posteriores em decorrência do desgaste provocado pelas intransigentes posições “castelistas”.

No primeiro capítulo, José Alves Dias analisa o golpe e a ditadura, a formação da classe dirigente e a ampliação das bases de sustentação. Nele, o autor aborda como se deu a reorganização do poder na Bahia diante da nova ordem, quando as duas principais lideranças do Estado, Luis Viana e Juracy Magalhães, foram ocupar cargos no governo dos generais, deixando espaço para o surgimento de novas lideranças, o qual foi aproveitado por ACM, que teve o caminho facilitado por deter o controle do diretório regional da UDN.

A obra aborda a movimentação política de algumas lideranças baianas com a extinção dos partidos políticos fundados em 1945 e extintos com o A-I 2, em 1966. José Dias analisa como essas lideranças se mobilizaram para adequar a reorganização política feita pelos militares, consubstanciada no bipartidarismo.

É a partir do terceiro capítulo, quando aborda a criação da ARENA, o partido do governo, que o autor analisa as estratégias de dominação do espaço político na Bahia durante a ditadura. José Dias descreve como foi difícil para um grupo heterogêneo, originário de correntes históricas e grupos familiares distintos, se movimentar para se organizar em um único partido, ocupando espaços estratégicos na política baiana.

Na criação de sublegenda da arena, o carlismo, segundo o autor, foi quem soube melhor agrupar aliados políticos na Bahia. ACM utilizou-se de estratégias convergentes com o regime militar e com a camada dirigente da sociedade, colocando sempre em pauta o anticomunismo e o desenvolvimento do Nordeste de forma geral, e da Bahia de forma particular, dentro de um discurso de integração nacional.

Ser o prefeito da capital nomeado pelos generais foi o ponto de partida para a visibilidade e projeção de Antônio Carlos Magalhães como um dos indivíduos que se despontou no período da ditadura. A indicação desse político para a sucessão de Luís Viana

para o governo do Estado, em 1970, é a consequência mais concreta disso.

Segundo José Dias, foi nesse período que ACM começou as estratégias que o possibilitaria despontar como o principal nome de uma nova corrente política: o carlismo. E o fez dispensando antigos e buscando novos aliados, aglutinando na sua gestão de governo tecnocratas eficientes, buscando sintonia com os militares e articulando ao seu redor uma política que envolvesse os objetivos da elite liberal burguesa da Bahia.

O mesmo autor menciona que Antônio Carlos Magalhães conseguiu, nesse período, estar à frente das decisões das esferas políticas do Estado, seja no executivo, no legislativo e no partido, a Arena. Talvez seja isso que levou o político baiano a cometer um equívoco: achar que importaria a sua sucessão para governador em 1974. Ficou o aprendizado para 1978.

A obra de José Dias, já no sexto capítulo, ao discorrer sobre as eleições indiretas de 1974 para governador do Estado, entra em consonância com a tese de Paulo Fábio Dantas Neto publicada no livro *Governo, políticas públicas e elites políticas nos estados brasileiros*. Este autor, em artigo denominado “O carlismo para além de ACM: estratégias adaptativas de uma elite política estadual” (2006) aponta que, “contrariando as impressões do senso comum, a consolidação do carlismo como força política baiano-nacional coincide com o fim do regime militar” (p. 263).

Desta forma, embora com objetivos e concentração de temática diferente, nesta mesma linha de interpretação está a tese do livro de José Dias. O autor demonstra que ACM não foi hegemônico na Ditadura, e exemplo disso seria a eleição indireta para governador em 1974, na qual o referido político, na condição de Governador do Estado, não conseguiu impor no Colégio Eleitoral o nome do prefeito de Salvador, Cleriston Andrade, como seu sucessor, ficando a cargo de Juracy Magalhães e Luiz Viana, com o aval do presidente Ernesto Geisel, eleger na Assembleia Legislativa o nome de Roberto Santos.

Foi a partir da candidatura ao segundo mandato em 1978 que ACM, revendo suas posições, buscou uma política de consenso entre as grandes lideranças políticas do Estado, deixando de lado desavenças pessoais, dividindo espaço em composição de cargos eletivos e no governo, aglomerando em torno de si um projeto político que fazia do carlismo uma força baiano-nacional.

Faltou, em *Rumo ao Palácio*, a interiorização da análise, que ficou muito restrita ao mundo soteropolitano. É um livro que vale a pena ser conferido. O autor apresenta um mosaico da política baiana em tempos de crises, demonstrando que, apesar dos conflitos, a elite política do Estado esteve sempre em sintonia e atrelada ao interesse dos grupos econômicos locais e ao regime militar. A aparente disputa interna não colocava em risco os interesses de uma elite liberal burguesa.

O livro demonstra que entre as várias correntes políticas, mesmo que todas apoiando a intervenção militar, não foi fácil se adaptar à nova política nacional, principalmente após o AI-2 e a consequente extinção dos partidos.

Para José Dias, a truculência, a forma arrogante e autoritária, a personalidade forte e marcante na trajetória de ACM o ajudou. Porém, não foi determinante. Segundo o autor, o êxito do carlismo se deu pela capacidade de unificar as forças locais em torno de temas nucleares, em perceber as mudanças contínuas no cenário nacional e, sobretudo, em manter o grupo dirigente da Bahia integrado.

Conflitos e truculência não foram descartados na tese do pesquisador. Porém, o que marcou o estudo sobre o rumo ao Palácio de Ondina foi a aglutinação de forças da elite dirigente baiana em torno de um projeto, o combate ao comunismo, bem como a defesa de interesses econômicos por parte de grupos políticos e familiares no Estado.

ACM foi quem melhor soube amenizar as divergências políticas e pessoais e buscar o consenso para os objetivos da elite liberal burguesa da Bahia. Daí a razão do seu sucesso. Esta é uma das teses centrais da obra ora resenhada.

Resenha recebida em 09 abr. 2017

Resenha aprovada para publicação em 27 abr. 2017

Referências

ALBUQUERQUE, Wilson Lins. *Aprendizagem do Absurdo: uma casa após a outra*. Salvador, Assembleia Legislativa da Bahia, 1997.

DIAS, José Alves. *Rumo ao palácio: as estratégias de dominação do espaço político na Bahia durante a ditadura*. Vitória da Conquista: Editora da UESB, 1ª edição, 2016.

GOMES, João Carlos Teixeira. *Memória das Trevas: uma devassa na vida de Antônio Carlos Magalhães*. São Paulo, Editora Geração, 2001.

NETO, Paulo Fábio Dantas. "O carlismo para além de ACM: estratégias adaptativas de uma elite política estadual". In: *Governo, políticas públicas e elites políticas estaduais nos estados brasileiros*. Célia Sousa e Paula Fábio Dantas Netos (Orgs). Rio de Janeiro, Editora Revan, 2006.